

**Liliana Andolpho Magalhães Guimarães e Sonia Grubits (eds.). 1999. *Série Saúde Mental e Trabalho*. Vol. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo. 276 pp. ISBN: 85-7396.**

Esta coletânea reúne textos de 16 colaboradores que decodificam o campo da saúde mental e trabalho através da revisão das principais tendências teórico-metodológicas contemporâneas. Neste sentido, alguns estudos privilegiam o método epidemiológico, outros são norteados pela abordagem do *work-stress*, outros ainda são basicamente sociológicos, além de abordagens com marcada inspiração psicanalítica. Por outro lado, a obra conjuga também os métodos qualitativo e quantitativo, observando que a convivência constante entre pesquisadores destas duas abordagens tem se mostrado enriquecedora para a crescente visibilidade analítica da pessoa do trabalhador.

O livro está dividido em cinco áreas temáticas. Parte I: Efeitos do Ambiente de Trabalho na Saúde Física e Mental. Parte II: Qualidade de Vida e Trabalho. Parte III: Adolescência e Trabalho. Parte IV: Estresse Ocupacional. Parte V: Aspectos Psicossociais e Trabalho. Algumas das reflexões são resultantes do Projeto MATRIX, desenvolvido pelo Laboratório de Saúde Mental e Trabalho da UNICAMP e que está sendo aplicado em trabalhadores desta Universidade e replicado em duas outras instituições, a UCDB (Campo Grande, MS) e a FAENQUIL (Lorena, SP).

Na primeira parte do livro, são apresentadas questões sobre álcool e drogas. Acioly Tavares de Lacerda (pp.21-42) afirma ser o álcool a droga mais amplamente utilizada no mundo, incluindo em local de trabalho, constituindo o segundo transtorno psiquiátrico mais prevalente na atualidade, superado apenas pelas depressões. Dificuldades de convivência familiar e social produzem evidentes prejuízos na capacitação e desempenho profissionais. O autor destaca o próprio ambiente de trabalho como desencadeador do uso do álcool. Na construção civil, por exemplo, esta prática é conhecida há tempos. Por outro lado, Renata Soares de Azevedo (pp.73-88) destaca que os efeitos danosos do uso de drogas e álcool no local de trabalho são nocivos também dos interesses financeiros das companhias e dos negócios, resultando em grandes perdas na produtividade, principalmente geradas por absenteísmo e dificuldades no desempenho de atividades. Sugerem os autores a elaboração de políticas de combate ao uso do álcool e de drogas no

trabalho. Cada empresa deverá ter a sua própria política de combate, respeitando suas individualidades, envolvendo os responsáveis de recursos humanos e, na medida do possível, os próprios funcionários.

Quanto à prevalência de transtornos mentais nos ambientes de trabalho, Liliana Magalhães Guimarães et al. (pp.61-72) enfatizam estudos epidemiológicos que demonstram, entre outras conclusões, que os empregados tanto se deparam com a alta incidência de incapacitação ao trabalho, em função de transtornos mentais, como pela alta incidência de incapacitação por outras doenças. Também as mudanças organizacionais se correlacionam, diretamente, com queixas emocionais em funcionários que, geralmente, possuem menos de 45 anos, em comparação com 33% de queixosos com outras incapacitações. Entre as incapacitações, Celso Aleixo de Barros e Liliana Magalhães Guimarães (pp.73-86) relatam as chamadas L.E.R. - Lesões por Esforços Repetitivos' - uma patologia de caráter síndrômico (membros superiores, pescoço e ombros), cujo nexos causal é atribuído a determinados tipos e condições de trabalho. Estas lesões são consideradas um dos mais graves problemas no campo da saúde do trabalhador.

Na segunda parte da obra, os autores versam sobre a qualidade de vida e trabalho. No meu próprio artigo (pp.89-116), afirmo que, além de um conceito popular, polêmico e de difícil definição consensual, a qualidade de vida no trabalho é um fenômeno sócio-cultural, envolvendo uma nova óptica e uma nova ética na maneira de compreender a vida da população em geral e da população trabalhadora em particular. Leticia Marín León (pp.117-31) aborda o processo de aposentaria, quando o antigo trabalhador, diante das perdas decorrentes do afastamento de antigos companheiros, interrompendo a vida produtiva e a sua rede de apoio, se apercebe do sentido que esse apoio tinha, no momento em que fica privado desse apoio ao se aposentar.

A saúde mental dos adolescentes trabalhadores é o tema da terceira parte desta obra. Marisa Fabrício Mauro, Joel Sales Giglio e Liliana Magalhães Guimarães (pp.135-59) mostram que, na realidade brasileira, os adolescentes trabalhadores enfrentam condições de trabalho inadequadas, pouco convívio familiar, pouco tempo para dedicar-se a lazer e esportes, além de dificuldades escolares decorrentes do tempo restrito de dedicação aos estudos e do cansaço físico, influenciando o comportamento,

expectativas, projetos de vida, afetividade e a vida psíquica. Luzia Martins Yoshida e Joel Sales Giglio (pp.161-85) propõem, visando adolescentes trabalhadores, um programa de prevenção primária em saúde mental na UNICAMP, cujo trabalho se refere à vivências em grupo sobre sexualidade, tóxicos, relacionamentos familiares, estudos e profissões. Os autores concluem que a prevenção primária deve iniciar-se no momento mais precoce da adolescência com a criação de um trabalho preventivo que colaborará com o desenvolvimento integral do indivíduo, além da importância da convivência grupal para os trabalhadores jovens poderem refletir sobre suas necessidades e conflitos, repercutindo positivamente no trabalho que executam.

Na quarta parte desta obra, fala-se sobre o estresse ocupacional, ressaltando, primeiramente, a validação para o Brasil do *SWS Survey* - Questionário sobre estresse, saúde mental e trabalho - realizada por Lílíana Magalhães Guimarães e Maria Adélia Jorge MacFadden, (pp.189-208), instrumento muito importante para essa área de pesquisa. Lucélia Chiavegato Vieira, Lílíana Magalhães Guimarães e Daniela de Almeida Martins (pp.209-230) tratam do estresse ocupacional em enfermeiros, sendo assinalados cinco grupos ou fontes de pressão: parte administrativa, relacionamento com equipe médica e de enfermagem, ambiente, assistência de enfermagem prestada ao paciente e vida pessoal. Estas situações influenciam conflitos, falta de companheirismo, apoio e suporte social, interação próxima com pacientes com dor, horários extras e incomuns de trabalho, forte pressão por maior produtividade. A questão patente aqui é a necessidade de um maior número de pesquisas sobre o estresse ocupacional em enfermeiros que promovam a saúde desse profissional.

No capítulo sobre o risco de trabalhadores desenvolverem desordens físicas ou mentais, devido a mudanças externas desejáveis ou indesejáveis na vida, Maria Elenice Quelho Areias, Lílíana Magalhães Guimarães e Dorgival Caetano (pp.231-36) têm como objeto de análise os trabalhadores da UNICAMP e o confronto com mudanças estressantes. Foram incluídas 717 pessoas, homens e mulheres, selecionadas aleatoriamente e distribuídas em quatro diferentes áreas: hospital de mulheres, hospital de clínicas, reitoria e Faculdade de Engenharia Agrícola. Segundo o inquérito, cerca de 45% têm a chance média de desenvolverem desordem física ou mental; aproximadamente 12% obtiveram escore elevado no teste utilizado para

essa avaliação e merecem investigações mais profundas; 33% têm possibilidade de desenvolverem desordens severas, destacando a necessidade urgente de criar planos de ação para ajudar esses trabalhadores.

Na quinta e última parte da obra, tratam-se aspectos psicossociais do trabalho. Leticia Marín León e Aparecida Mari Iguti (pp.239-58) abordam a questão da saúde em tempo de desemprego, constituindo o desemprego um dos responsáveis pelo agravamento do sofrimento no trabalho. Entre as expressões diretas do sofrimento, podem-se citar: atitudes agressivas para com as chefias, morosidade, desencorajamento e resignação, tensões e crises entre e no interior das equipes. Por outro lado, entre as defesas contra o sofrimento: desvincular-se das responsabilidades, atitude de fechamento, desconfiança sistemática, evitar todas as ocasiões de discussão. Os autores falam de dois quadros clínicos extremos de estresse ocupacional - o Burnout e o Karoshi - e terminam afirmando que a repercussão mais forte do desemprego será sobre a família.

Finalmente, tratando de um assunto inédito na área do trabalho, Luís Grubits de Paula Pessôa e Sonia Grubits (pp. 259-76) falam do Balanço Social como ferramenta para a formulação de políticas de saúde mental e qualidade de vida nas empresas. Os autores retratam a situação da área humana nas empresas ligadas à produção, afirmando que esta sofre influência permanente de políticas governamentais, recursos e orientação interna das diferentes instituições. Este é um valioso instrumento de gestão interna, de forma sistemática, atendendo os referenciais econômicos e financeiros. Os autores sugerem que a confecção e divulgação do Balanço Social se faz necessário, pois oferece aos formuladores de políticas de saúde mental e qualidade de vida uma ferramenta valiosa de avaliação de sua situação, além de proporcionar um entendimento amplo da atuação da empresa.

Esta obra, além da pluralidade de assuntos retratados e de atingir um número crescente de leitores (já se encontra, desde apenas 1999, em 5ª edição), alerta para a importância de se continuar a falar sobre a saúde mental e trabalho, um tema ainda pouco explorado, apesar de sua relevância nas organizações e na sociedade em geral, estimulando também próximas pesquisas e ações efetivas em sua área.

**Wilma Diniz Cardoso**  
*Faculdade de Engenharia Química de  
Lorena (FAENQUIL), SP*